

Entre escritas portuguesas, brasileiras e africanas: os usos políticos da rainha Nzinga Mbandi através de adjetivações comuns

PRISCILA MARIA WEBER*

Uma Angola para Oliveira Cadornega

“Todo o numeroso gentio quem este Rey de Angola possuia os mais delles eram de nação Ambunda, e tão confiados de serem entendidos que quando querião gabar algum branco de bem-entendido diziam que sabião tanto como um Ambundo”
(CADORNEGA, 1940, tomo I, p. 29).

A colônia portuguesa na região que hoje ocupa Angola data, aproximadamente, de 1576, quando o rei D. Sebastião ordena a fundação de São Paulo de Luanda na foz do rio Kuanza.¹ Essa região tornou-se um importante entreposto comercial português na costa centro ocidental africana, formando um pequeno núcleo populacional de portugueses e africanos, que se radicam ali para melhor se dedicarem ao comércio de escravos que abastecia principalmente o Brasil, e as colônias da América hispânica. Luanda, administrada por Paulo Dias de Novais funcionaria como um cerne fundador de Angola, ou seja, a carta régia concedia todo o território entre os rios Kuanza e Dande, incluindo 35 léguas ao sul deste último, e exigia um plano de povoamento com treinamento de soldados, fixação de trabalhadores especializados, construções de fortes e igrejas (INVERNO, 2008: 120).

Sabemos pouco a respeito das línguas faladas por esse núcleo povoador. É provável que as línguas africanas tenham se firmado como preponderantes, pois comumente mercadores portugueses e aventureiros, muitas vezes degredados, dedicavam-se ao tráfico de escravos, se africanizando (BOXER, 1963:13). Do contrário, os africanos se europeizarem era mais difícil, em virtude do mercadejo exigir alguma fluência nas línguas locais para melhor negociação,

* Priscila Maria Weber é mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do RS (Capes 6) e bolsista CNPq. E-mail: priscilamariaweber@yahoo.com.br

¹ O rio Kwanza nasce em Mumbué, município do Chitembo, no Planalto Central de Angola. Possui um curso de 960 km antes de desaguar no Oceano Atlântico ao sul de Luanda.

ou ainda, devido à alta taxa de mortalidade entre os portugueses que, com isso, gerava a necessidade dos cargos administrativos ficarem sob a responsabilidade de africanos ou afro-portugueses, além da maioria dos escravos que chegavam em Luanda provirem de Matamba, Kissama e Kassange, onde o Kimbundo era a língua mais difundida (INVERNO, 2008: 122).²

Durante o século XVI e XVII os portugueses conseguiram, em certa medida, controlar Luanda e adjacências. Contudo, em 1641, os holandeses ocupam Luanda e Benguela, que são recuperadas apenas em 1648, por Salvador Correia de Sá e Benevides (CADORNEGA, 1940, tomo II: 22).³ Essa recuperação não se traduziu em ocupação efetiva de toda a colônia: os trinta anos que seguiram a derrota dos holandeses foram marcados por guerras contra, principalmente, os kimbundos e jagas em Matamba, que além de aliam-se aos holandeses, ainda impunham obstáculos para os portugueses adentrarem ao interior na busca de escravos.

Frente a essa resistência estava a rainha africana Nzinga Mbandi,⁴ exaustivamente descrita na obra “*História Geral das Guerras Angolanas*”, cuja autoria é do soldado português António de Oliveira Cadornega. A obra foi escrita em Luanda, no ano de 1680, em um contexto de superação da invasão holandesa e a resistência dos kimbundos e jagas às

² Esse fato, talvez ajude a explicar, mesmo que em parte, a permanência das línguas locais ainda na atualidade em Angola.

³ Salvador Correia de Sá e Benevides foi um militar português que durante a Guerra de Restauração, em 1647, destacou-se na reconquista de Angola e São Tomé e Príncipe, exaurindo a ocupação holandesa. Foi por três vezes governador da capitania do Rio de Janeiro (1637-1642, 1648 e 1659-1660), governador da capitania do Sul do Brasil (1659-1662) e governador de Angola (1648-1651). Foi também administrador das Minas do Brasil e Conselheiro de Guerra e Ultramarino. Cadornega o nomeia como “general restaurador”.

⁴ Algumas fontes que descrevem esse detalhe:

BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952, 11vol.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1940, 3 vol.

Carta da Rainha Nzinga ao Governador Souza Chichorro – 13/12/1655. Arquivo Histórico Ultramarino, Angola. Cx. 6, doc. N.º 34. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 14/03/2010

Carta de Fr. Serafim de Cortona para o Governador, de 21 de Março de 1657, escrita em Massangano, anexa à carta do Governador para o Rei, de 22 de abril do mesmo ano. Arquivo Histórico Ultramarino, papéis avulsos de 1657, caixa n.º 6, Doc. N.º 119. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 30/04/2009

CORTONA, Pe. Serafino de. *Breve racconto della nuova Conversione della Regina Ginga operata da Dio per mezzo del P. Frat'Antonio Romano et décrite par Serafino da Cortona, préfet de la mission du Congo. Descrita dal P. Giacinto di Vetralla*, 1658. In. Arquivos Congolaises, 1919, p. 47-50. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 02/05/2009

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965.

DAPPER, Olfert (1639-1689), *Description de l'Afrique: contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties, etc.* Publié par l'Institut national des langues et civilisations orientales, Amsterdam: W. Waesberge, Boom et Van Someren, 1686. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104385v> Acesso em: 10/05/2009

tropas, comércio e catolização portuguesas. Apesar de batizado, Cadornega não era muito dado a catolicismos, sendo inclusive cristão-novo por parte de mãe, dado relevante para compreensão do seu estilo de escrita e interpretação dos acontecimentos.⁵

Assim, a Angola que abrigou um cristão-novo por parte de mãe, é portuguesa, mas esquece o soldado nos emaranhados dos cargos administrativos durante 41 anos, fato que pode ser considerado atípico, visto que a maioria dos europeus quando não faleciam, regressavam logo após o término da sua missão. Se observarmos seu estilo de escrita, esse se diferirá em relação aos missionários católicos, não só na estilística do texto, mas também com a ausência de um “Deus” que permeie a obra, dando lugar a presença ostensiva de homens ilustres, na maioria militares portugueses que guarneciam as províncias de Angola.

Oliveira Cadornega, possivelmente serviu para coroa portuguesa como uma forma de suprir os déficits administrativos oriundos da falta de homens para gerenciar burocraticamente, mas também e principalmente de forma bélica o território dito angolano.⁶ Isso quer dizer, que o soldado que menciona ser um cidadão português nascido em Vila Viçosa, também menciona ser o militar mais antigo de Angola, ou seja, de tão portuguesa que era sua Angola, ele a descreve com intimidade, inclusive as províncias do interior, os rios, os ritos, os costumes, todos eles, grafados em Kimbundo.

Indeterminações semânticas na obra *História Geral das Guerras Angolanas*

O texto de Oliveira Cadornega é permeado por indeterminações semânticas. Isso quer dizer, que uma mesma linguagem política, uma mesma significação discursiva permite inumeráveis formas de articulações. Seus conteúdos podem ser expostos com inúmeros propósitos e apresentarem-se, inclusive, contraditórios entre si (POCOCK, 2003: 20). Assim, destacamos que ao glorificar os “feitos” de Portugal, as batalhas vencidas, ou ainda na

⁵ A mãe de Cadornega, Antónia Simões Correia, chegou a ser presa pelo tribunal da inquisição. Processo disponível em: <http://arlindo-correia.com/200208.html>. Acesso em 26/08/2010.

⁶As fronteiras e denominações adotadas pelos portugueses são artificiais e arbitrarias, pois subsumem as particularidades étnicas e regionais que se constituíam em grupos de linhagens ligados por troca de presentes, parentescos e ramos linguísticos. GONÇALVES, António Custódio. *A história revisitada do Kongo e Angola*. Lisboa: Estampa, 2005.

tentativa de neutralizar as deficiências administrativas e bélicas, Cadornega utiliza um mesmo apelo linguístico ou, as adjetivações que permeiam os discursos de exaltação a Portugal de forma contraditória, ora enaltecendo a rainha Nzinga Mbandi, ora a desqualificando com uma adjetivação semelhante em ambos os casos, porém, com usos diferenciados.

A estrutura do texto, os termos-chave, ou ainda, as migrações dos padrões discursivos em uma mesma obra, suscitam implicações de um contexto anterior para um novo contexto e são fundamentais para que vislumbremos essas fissuras textuais, que expressam significados diversos atrelados a um mesmo adjetivo (POCOCK, 2003: 28-32). O soldado escritor Cadornega move-se em meio a esses padrões de polivalência, recombina-os de acordo com sua habilidade e adjetivando Nzinga Mbandi como portadora de uma personalidade forte e altiva, como muito resistente às tropas portuguesas, uma hábil diplomata, um demônio em forma humana, uma belicosa e imortal mulher. Esses dados estão em trânsito no texto, com funções ambivalentes e essa condição, afeta o significado de compreensão e significação dos processos históricos, exigindo que se pense, continuamente, a noção de textualidade e as relações dos usos de linguagens (LACAPRA, 2011: 241).

Para tanto, precisa-se estar atento para as redes simbólicas e materiais pelas quais se articulam e circulam pública e socialmente os enunciados de um texto, bem como para os modos como tensões e contradições históricas penetram nesses meios simbólicos, inscrevendo nos discursos as “pegadas” linguísticas de um contexto de enunciação (PALTI, 2009: 18). A plausibilidade na leitura de tais marcas, reside no esforço para compreender como elas apontam e o que apontam, sendo necessário se despir das noções tradicionais referentes aos contextos de produção textual. Em suma, assim como o simbólico penetra no empírico, passando a ser uma construção sua, o contexto histórico, penetra no plano discursivo constituindo uma dimensão inerente, que determina a lógica de sua articulação que também pode deslocar-se (PALTI, 2009: 17).

Com isso, entendemos que uma análise textual carece ir além das observações que reduzem o texto apenas as palavras expostas rigidamente pelo autor: há uma dupla operação, o que foi dito pelo autor e como foi possível dizer-lo (PALTI, 2009: 16). Elucidamos nossas argumentações trazendo alguns excertos da obra de António de Oliveira Cadornega. Obviamente, não cabe nesse trabalho esgotar as possibilidades de análises referentes a obra

História Geral das Guerras Angolanas, tampouco concebemos isso como possível. Os trechos que seguem servem como uma espécie de amostragem que, pelo avultado número de páginas que compõem a obra, acreditamos que esse número deveria ser mais expressivo. Contudo, a leitura dos trechos ainda é válida, por serem capazes de apresentar os argumentos supracitados.

”Fallecido o Rey de Angola Ambandi logo se oppoz a Irmãa mais velha que tinha e tomou o nome de Ginga, imitando no nome aquelles poderosos do que fallamos que tinhamo aquelle nome, ao governado do Reino de Angola que era o que tanto dezejava a qual logo seguio a sua voz o Reino todo, obedecendo-a por Senhora, e evendo que o filho do Irmão lhe podia servir de impedimento ao perpetuarse no Reino de Angola que era todo o seu dezejo, austociozamente se amigou, ou abarregou com o Jaga Caza tutor do Principe seu Sobrinho e estando de dentro com elle houve o pobre innocente Principe a mão e o mandou afogar em o rio Coanza, como huma couza e outra contarão seus mesmos parentes, ficando com esta maldade e tirania livre de cuidado, que o Sobrinho filho de seu irmão legitimo herdeiro daquelle Reino lhe podia vir a dar, e porque desta nova Raynha, se bem cruel a seu Sangue, se há nesta história tratar della em muitas partes, pela continuada guerra que nos fez no discurso de tanto tempo que reinou que forão muitos annos, que parecia imortal, que se poderá fazer grande escritura, a qual se podia comparar ou ainda preferir a Semiramis, a Pantasileja, a Cleopatra, e a outras Raynhas de que as historias nos dão noticia, governando a seus Vassallos a nossa opposição com valor e animo varonil” (CADORNEGA, 1940, tomo I: 54).⁷

[...] Tendo posto tudo em boa forma sahio da Villa de Vitoria de masangano marchando com seu exército formado para a Província do Moceque onde havia mui poderozos Sovas unidos com a Raynha da Angola Ginga sua Senhora, tendose muitos delles rebellado contra nós seguindo seu antigo Senhor com os quais houve muitas batalhas campaes e foi tanta a degolação daquelle apinhado gentio que se não pode numerar, sahindo as nossas armas vencedoras; quando o governador fez aquella marcha para aquelle Sertão formou Esquadrão com suas mangas e batedores ou descubridores do campo ao uso de Flandres onde havia militado; e como o terreno tinha barrocas e caminhos estreitos pello matos que aquelle gentio

⁷ O que o autor diz nesse trecho, segundo o anotador ocorre nos governos de Luiz Mendes de Vasconcelos (1617) até o de Fernão de Souza.

uzava tellos daquela sorte de industria, em formatura do esquadrão[...]
(CADORNEGA, 1940, tomo I: 86)”.

“O mesmo traje de guerra exercitava a Rainha Ginga, Dona Anna de Souza, quando guerreava e andava em seus exércitos, entretanto nas batalhas animando os seus como outra pantasileia Rainha das Amazonas, pondose em eminência á vista dos seus para com isso os animar, e dali dispunha dando ordem ao que havião de fazer e obrar, como o pudera fazer hum valente e entendido general”
(CADORNEGA, 1940, tomo III: 352).

“Chagados que forão ao seu Quilombo, tratou logo, eu distava perto, de entrar nos matos daquelle Sova, a Rainha Ginga, pessoalmente acompanhada de seus amigos Flamengos, em que na sua invasão se defendia quelle Dembo com muito valor, experimentando o flamengo suas armas de fogo, e o rigor de suas agudas frechas, e arremeços e zagayas, em que alguns pagarão com as vidas; mas persistindo aquella belicosa Rainha com valor costumaz, depois de haver perdido em aquelles Matos muito dos seus, e aquelle Sova lhe haverem também morto muita gente da sua, assim das Armas Flamengas, como com as muitas que a Rainha tinha em abundancia, veyo a entrar á força de Armas naquelles fortes e espeços Matos [...]” (CADORNEGA, 1940, tomo II: 294).

Os quarenta anos de convivência em Angola, não impediram que o soldado se esforçasse em manter um linguajar digno da corte portuguesa, como também não impediram os resvalos, seja “kimbundizando” termos portugueses e aportuguesando termos Kimbundos na descrição das guerras em Angola e na adjetivação de uma rainha onde todos os termos que a ela se referem, estão indeterminados semanticamente, com um caráter duplo, de exaltação ou desqualificação e, ainda mais, estão sempre atrelados as atividades portuguesas na África. A maximização dessa personagem, que vai ultrapassar oceanos e séculos, está na obra de Oliveira Cadornega diretamente ligada aos acontecimentos que envolvem Portugal. Logo, Nzinga Mandi só existe na obra de Cadornega enquanto um constructo relacional, dependente da glorificação de Portugal por um soldado.

Uma Nzinga Mbandi pepeteliana – aspectos da construção do nacionalismo em Angola

O escritor angolano Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nascido em 1941, em Benguela, região localizada a oeste de Angola, tem por pseudônimo literário “Pepetela” (MAIA, 1964), que em Kimbundo quer dizer pestana. No ano de 1958 o autor vai estudar em Lisboa, onde participa da Casa dos Estudantes do Império, envolvendo-se em movimentos políticos contrários ao colonialismo português, o que forçara seu exílio na França, seguido da Argélia, onde se formou em sociologia. Juntamente com outros escritores angolanos, como Costa Andrades e Henrique Abranches escreveu por encomenda do MPLA (Movimento Nacional de Libertação de Angola) a obra *História de Angola*. Regressou para Cabinda em 1968 e atuou como secretário de educação. De 1972 a 1974 lutou como guerrilheiro na Frente Leste e no MPLA em Luanda. Após a independência, além dos diversos cargos políticos que exerceu, sempre na área da educação, dedica-se a docência de Sociologia na Universidade de Angola, publicando até o momento, cerca de dezenove títulos.⁸

No romance *A gloriosa Família: o tempo dos flamengos*, cuja edição que acessamos data de 1999, a Angola é seiscentista. Mais especificamente a trama se passa entre os anos de 1642 a 1648, que compreendem a dominação holandesa: por isso o termo “flamengos” junto ao subtítulo. Para construir a narrativa o autor teve acesso a fontes importantes, como o *Monumenta Missionária Africana*,⁹ a *Descrição História dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*¹⁰ e principalmente a *História Geral das Guerras Angolanas*, que aparecerá no texto não somente através da repetição de episódios e referências a personagens que vão transitar na narrativa, mas também, com a reprodução de indeterminações semânticas utilizadas por Cadornega para a adjetivação de Nzinga Mbandi que, na obra de Papetela, aparecerão com

⁸ Obras de Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos, *Pepetela: As Aventuras de Ngunga* (1972); *Muana Puó* (1978); *Mayombe* (1980); *O Cão e os Caluandas* (1985); *Yaka* (1985); *Lueji* (1989); *Geração da Utopia* (1992); *O Desejo de Kianda* (1995); *Parábola do Cágado Velho* (1997); *A Gloriosa família* (1997); *A Montanha da Água Lilás* (2000); *Jaime Bunda, Agente Secreto* (2001); *Jaime Bunda e a Morte do Americano* (2003); *Predadores* (2005); *O Terrorista de Berkeley, Califórnia* (2007); *O Quase Fim do Mundo* (2008); *Contos de Morte* (2008); *O Planalto e a Estepe* (2009); *A Sul. O Sombreiro* (2011).

⁹ BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952, 11vol.

¹⁰ CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965.

outros usos, construindo figuras retóricas de um passado colonial, equilibradas nas fissuras do presente e da linguagem (BHABHA, 1998: 202).

Os discursos que narram a nação, híbridos e ambivalentes, tentam ser representativos do povo, enquanto presença histórica a priori, linearmente contada. Também, utilizam-se do recurso plurifocal narracional, ou seja, remetem elementos de um tempo não-linear que incita diversos momentos históricos da cultura no instante presente. Através dessas propostas, Homi Bhabha apresenta duas estratégias discursivas para a análise das narrativas de formação nacionais: o pedagógico e o performático (BHABHA, 1998: 224). Para a composição da Nzinga Mbandi Pepeteliana entendemos que há um esforço empregado em reunir a nação como uma uniformidade, com um passado incessante e conservado no presente, costurando tecidos históricos com a finalidade de empregá-los em uma composição progressista do todo, que resulta em uma forma pedagógica de fundar a narrativa encapsulada por uma sucessão de momentos históricos, envolvendo o anonimato do coletivo em função do todo, delimitando fronteiras e legitimando tradições (BHABHA, 1998: 209).

A produção de uma rainha redentora, que ampara os da “terra”, aqui abordada no sentido que suas enunciações foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações, aparecem de forma lenta e sutil no romance. As considerações sobre Nzinga Mbandi no início do texto ainda estão muito atreladas a obra de Oliveira Cadornega, quase de forma literal, quase uma reprodução da mesma (POCOCK, 2003: 65). Não por acaso essa estratégia é utilizada no texto, pois o autor intenciona primeiramente familiarizar o leitor à personagem, para somente após aflorar uma Nzinga Mbandi artilosa, muito temida por Portugal devido as empreitadas bélicas. É nessa configuração de temor, que Portugal aparece como um intransigente negociador, sugerindo que a rainha, enquanto uma boa administradora, não portava outro meio de comerciar, a não ser aliar-se com holandeses e reinos adjacentes. Assim, como disse com doçura o pequeno Benvindo, personagem da trama “*Jinga agora não é nossa inimiga pai*” (SANTOS, 2005: 25).

Essa articulação da memória tem um papel *pragmático* e *normativo*. O pragmatismo reside na domesticação do tempo em um presente que dura e que é útil. Já a normatividade está em veicular uma mensagem e interioriza-la, inserindo os indivíduos em cadeias de filiação identitárias, os distinguindo e diferenciando em relação aos outros (CATROGA,

2001: 26). Na modernidade, a família assume o papel de núcleo social que vai paradigmaticamente concretizar a ascensão da herança enquanto norma, retransmitindo e reproduzindo as mais ínfimas repetições comuns (CATROGA, 2001: 27) Não por acaso Pepetela utiliza a “*gloriosa família*” como cenário para a encenação dos diversos episódios extraídos da documentação acessada pelo autor.

Para além de retransmitir tradições, a família não poderia aparecer no texto com outra nacionalidade que não a holandesa, visto a oposição deles em relação a Portugal, em virtude das disputas comerciais de escravizados. Esse fato se faz muito importante nas lutas de independência, pois torna possível a produção de uma identificação que se assenta no plano do peculiar, como é exposta a rainha na trama, onde até mesmo os inúmeros concubinos de Nzinga Mbandi servem a narrativa, reforçando a ideia de rompimento com as tradições portuguesas, no caso, desbaratando uma cristandade.

Os usos políticos das adjetivações referentes a Nzinga Mbandi incitam a construção nacional de Angola. Mesmo Nzinga não sendo uma personagem central na obra, a categoria de líder que desponta, impedindo o domínio português, é lembrada em um passado construído de forma especular. Logo, o que se apresenta de novo na obra de Pepetela não são as construções literárias e semânticas sobre Nzinga, pois essas aparecem com um mesmo fluxo e estilística textual que em Cadornega, mas sim, o acolhimento tendencial dessas construções, que busca urgente uma ideia de nação.

A impressionante Nzinga de Alberto Mussa

O romance do escritor brasileiro Alberto Mussa¹¹, "*O trono da rainha Jinga*"¹², publicado no ano de 2007, trás uma África que por vezes se confunde com o Brasil, ou seja, passagens descritas em fontes documentais como a obra de António de Oliveira Cadornega, "*História geral das guerras angolanas*", ou ainda a "*Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*", de Cavazzi de Montecúcculo se engastam no Brasil africano de Mussa, onde negros estabelecidos no Brasil com o tráfico negreiro pensam e comportam-se como africanos. A rainha Nzinga Mbandi é elogiada pela sua eloquente diplomacia e habilidade política, bem como por sua personalidade astuta desde o início do romance, mais precisamente no capítulo de número três. Posteriormente, o autor descreve uma cena ocorrida em Luanda, quando o então governador João Correia de Souza recebe a embaixada de Nzinga, que nessa ocasião ainda era princesa, em Luanda, para inventariar possíveis alianças.

Na cena descrita por Mussa, Nzinga sente-se rebaixada, pois não havia nenhuma cadeira para que se acomodasse, sendo forçosamente colocada em nível inferior ao do governador. Contudo, a rainha dribla essa situação de rebaixamento, colocado uma escrava com braços e joelhos apoiados no chão, em uma posição que lembra uma cadeira, sentando na mesma com toda a pompa garantida a um chefe de estado. No decorrer da trama, seguidamente Nzinga é reverenciada, principalmente quando se expunha a dualidade existente entre o bem e o mal, ou seja, é como se na região do Ndongo e Matamba, esse valores fossem encarados e compartilhados de forma peculiar ao mundo ocidental, visto que a rainha conseguiria transmitir, como se possuísse valores sobrenaturais, algo ruim que aconteceria com ela para outra pessoa, e também, como se para o mal existir o bem também tivesse que acontecer, uma dualidade que equilibraria as relações na África brasileira criada pelo autor.

As adjetivações presentes na obra "*O trono da rainha Jinga*", descoladas da obra de Oliveira Cadornega, apesar do autor Alberto Mussa, advertir em página última do livro que o romance não tem pretensão de ser histórico, se considerarmos todos os elementos supracitados, podemos inferir que o texto de Cadornega é dotado de uma autoridade, sempre

¹¹ Alberto Mussa publicou, entre outras obras, *Elegbara, O Enigma de Qaf, O trono da Rainha Jinga e Meu destino é ser onça*. Traduziu diretamente do árabe a coletânea de poesia pré-islâmica *Os Poemas Suspensos*. Sua obra tem sido estudada na Universidade de Stanford, Califórnia, e foi publicada em Portugal, Itália, Cuba, França, entre outros.

¹² Nesse trabalho, por opção da autora, é utilizado sempre o termo Nzinga, aproximando-se ao modo kimbundo do século XVII, respeitando a grafia de Alberto Mussa quando da utilização do termo "Jinga".

que ele é evocado como um importante “*documento histórico*”, legitimando a imagem atrelada a Nzinga Mbandi por meio de adjetivações, concebendo-as um status de fórmulas ou paradigmas. A esse desígnio pode-se atrelar a ideia de sacralização, que corresponde em secularizar expectativas de cunho messiânico, mediante uma operação que extrai o cunho metodológico de trabalhos historiográficos mitificando seus personagens (CATROGA, 2003: 107).

A articulação constante de elementos contraditórios entre si, no qual noções de permanência surgem, se reconvertendo e adaptando como produtores de fortes mudanças, em realidade, vão agir apenas em uma esfera lateral, ou seja, criando mecanismos para constituir uma outra historicidade, que funcionará nas bases de uma condição transicional, e não mais que isso, pois apenas revigora uma rainha angolana em uma simultaneidade de paradigmas (MARTINS, 2011: 44), ou seja, a Nzinga de Mussa também torna-se “histórica”.

Com isso, não se pode negar a ambiguidade da ação da memória, que por um lado é definida pelo aceite do passado no presente e pelos que o recebem, reconhecem e prolongam seus usos no decorrer das gerações, por outro, há uma corrupção do tempo calcada nas especificidades individuais que atravessam as reatualizações e transmissões do recordado (CATROGA, 2001, p. 26). Desta forma, podem ser articuladas diversas temporalidades nas construções culturais, históricas ou nacionais (BHABHA, 1998: 215). É com essa dicotomia discursiva que sobrevive, há mais de trezentos anos, múltiplas Nzingas, identificadas conforme seus usos políticos através da linguagem (POCOCK, 2003: 35).

Considerações finais – Nzinga Mbandi como um constructo identitário

O poder da nação está em parte, em uma promessa de salvação nacionalista, incomensuravelmente potencializada pela presença de tradições que encarnamos como memórias, símbolos e mitos, advindos de valores de épocas anteriores à vida de uma comunidade ou nação (SMITH, 1997: 35). As minorias ocidentalizadas que protagonizavam os nacionalismos africanos, inclusive no caso de Pepetela, acabam tendo uma função catártica, de procura por uma identidade (VENÂNCIO, 2008: 102). Assim, a construção das

identidades nacionais comportaria uma dimensão alucinatória, ou seja, há um excesso na manifestação de alguns fenômenos, que são articulados com o intuito de naturalizá-los conforme seus propósitos políticos (MARTINS, 2012).

A identidade é aqui considerada como campo no âmbito conceitual, forjado por um processo que demarca evidências e mobiliza uma história factual, que vai desempenhar um papel importante nas construções nacionais, como por exemplo, as evidências que sustentam a instauração da escala nacional, legitimando as fundações de cânones culturais (PAREDES, 2010). Quando se sopesa o aspecto relacional das identidades nacionais a linguagem funciona como importante modo de “vasculhar” esses cânones que, como no caso de Nzinga Mbandi, sofre os usos políticos imbricados na linguagem, que funciona como um instrumento essencial de mudança social e política, estruturando as transformações em terrenos factuais e institucionais (FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, 2005: 169).

No caso da Nzinga Mbandi mitificada de Mussa, o movimento que intercambia o atlântico corrobora com a criação de uma cultura negra tradicional, mas também de uma cultura que recria e desconstrói a África. Como um ícone contestado *“tem sido usada e abusada, tanto pela intelectualidade, quanto pela cultura de massas; tanto pelo discurso da elite quanto pelo discurso popular sobre a nação e os povos que supostamente criaram e se misturaram no Novo Mundo”* (SANSONE, 2002: 249). Uma força central e específica da cultura dita como negra é a capacidade de manter um sentimento comum advindo de antepassados escravos e desprivilegiados, que produz suporte para que sejam extraídos símbolos de forma essencializada e criativa da África. *“Na verdade, como Paul Gilroy sugeriu, a cultura e a identidade negras são criadas e redefinidas através de uma troca triangular de símbolos e ideias entre a África, o Novo Mundo e a diáspora negra na Europa”* (SANSONE, apud GILROY, 2002: 251-2).

O processo de construção das culturas negras tem criado os contornos de uma área cultural transnacional, multilingüística e multi-religiosa. Essa reconstituição que recorta elementos puramente documentais do passado vai resultar em uma ficcionalização, que não trabalha de forma explícita com um papel dramático, ao contrário, intenta representar uma realidade e confia exacerbadamente nas estruturas narrativas, produzindo mitificações, que embora resguardadas pelo amparo ficcional da literatura, são mitificações de elementos

históricos. Assim, um padrão discursivo pode migrar e ser traduzido de uma linguagem para outra ao mesmo tempo, trazer implicações de contextos outros, bem como o autor igualmente pode mover-se nesses padrões de polivalência, empregando-os e recombina-os de acordo com sua habilidade (POCOCK, 2003: 32), no caso, mitificando uma Nzinga que surge, justamente, quando do ideal de brasilidade é alicerçado em uma culturalização do negro baseada em medidas multiculturalistas que criam novas demandas de informação através de símbolos africanos essencializados por meio de superficialidades sobre o caráter do “povo africano” (SANSONE, 2002: 265).

Interessante, também, é saber em que condições ou circunstâncias isso acontece. As ideologias, certamente não resultam de imaginações conturbadas ou isoladas: surgem e fazem parte de contextos sociais (LLOBERA, 2000: 147). Por exemplo, o projeto literário de Pepetela se inscreve na história recente de Angola e testemunha o processo político que conduziu o país a independência, atribuindo um rumo a nação após a instauração desse evento. O período pós-colonial pode ser dividido em dois sub-períodos: o regime do MPLA, de partido único, que geriu Angola até 1992, quando houve a liberação política, abrindo a economia para o capital internacional. O primeiro sub-período é referido a uma fase de (re)construção nacional e, o segundo, conjuntado pelo fim da Guerra Fria e pela emergência da globalização (VENÂNCIO, 2008: 109).

Assim, a personagem Nzinga Mbandi e como são articulados seus diferentes usos políticos na obra “*A gloriosa família – o tempo dos flamengos*”, de Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos, ou Pepetela, são constructos identitários que permitem pensar uma rainha representativa dos interesses do MPLA, que intervém na construção de uma história nacional. Essas construções repudiam Portugal e elogiam elementos que se ligam aos da “terra”, ao heroico, aos defensores de Angola através da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*”, escrita em Luanda, no ano de 1680, por António de Oliveira Cadornega, um soldado português.

Referências

Fontes bibliográficas

BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952, 11vol.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das guerras Angolanas*. Agência Geral das Colônias, 1940, tomo I, II e III.

Carta da Rainha Nzinga ao Governador Souza Chichorro – 13/12/1655. Arquivo Histórico Ultramarino, Angola. Cx. 6, doc. N° 34. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 14/03/2010

Carta de Fr. Serafim de Cortona para o Governador, de 21 de Março de 1657, escrita em Massangano, anexa à carta do Governador para o Rei, de 22 de abril do mesmo ano. Arquivo Histórico Ultramarino, papéis avulsos de 1657, caixa n.º 6, Doc. N.º 119. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 30/04/2009

CAVAZZI, João Giovanni Antônio. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: J.I.U. 1965.

CORTONA, Pe. Serafino de. *Breve racconto della nuova Conversione della Regina Ginga operata da Dio per mezzo del P. Frat'Antonio Romano et décrite par Serafino da Cortona, préfet de la mission du Congo. Descrita dal P. Giacinto di Vetralla, 1658*. In. Arquivos Congolaises, 1919, p. 47-50. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/080208.html> Acesso em: 02/05/2009

DAPPER, Olfert (1639-1689), *Description de l'Afrique: contenant les noms, la situation et les confins de toutes ses parties, etc.* Publié par l'Institut national des langues et civilisations orientales, Amsterdam: W. Waesberge, Boom et Van Someren, 1686. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104385v> Acesso em: 10/05/2009

MUSSA, Alberto. *O trono da rainha Ginga*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Arthur Carlos Maurício Pestana dos. *A gloriosa família: o tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Bibliografia

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

BOXER, C. R. *Race relations in the Portuguese colonial empire, 1415-1825*. Oxford: Clarendon Press, 1963.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

_____. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto, 2003.

CHABAL, Patrick. *Imagined modernities: community, nation and state in postcolonial África*. In. TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. “Estado, nación y pátria em linguaje político espanõl. Datos leximétricos y notas para uns historia conceptual”. In. Pátria, Nación Estado, núm. extraordinário de la Revista de História Militar, XLIX, 2005, p. 159-219.

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GLASGOW, Roy Arthur. *Nzinga: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GONÇALVES, António Custódio. *A história revisitada do Kongo e Angola*. Lisboa: Estampa, 2005.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o Português: uma história sociolinguística. In. TORRALBA, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (org.). *Giro lingüístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011.

_____. *História em trânsito. Experiencia, identidade, teoria crítica*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Economica, 2006.

LLOBERA, Josep. *O deus da modernidade*. Oeiras, Celta Editora, 2000.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MACEDO, José Rivair. (org.) *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MAIA, António da Silva. *Dicionário complementar português-Kimbundo-Kigingo: línguas do centro e norte de Angola*. Cuvujães: Ed. do Autor, 1964.

MARTINS, Rui Cunha. Simultaneidade e historicidade: sobre os processamentos contemporâneos da mudança. In. PAREDES, Marçal de Menezes; ARMANI, Carlos Henrique; AREND, Hugo (Org.). *História das ideias: proposições, debates e perspectivas*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

_____. O cânone identitário em análise. In.: PAREDES, Marçal de Menezes (org.). *Portugal, Brasil e África – História, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Editora Oikos, 2012.

MATOS, Sérgio Campos. *História e identidade nacional- A formação de Portugal na historiografia contemporânea*. In. Lusotopie, 2002, p. 123-139.

PALTÍ, Elias José. *El momento romântico – Nación, Historia e lenguajes políticos em la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras culturais e escalas identitárias: a obsessão histórica da alteridade luso-brasileira*. In. Anais do X Encontro Estadual de História – O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o local. Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

_____. *Memória de um ser-tão brasileiro: tempo, história e memória em os sertões de Euclides da Cunha*. Curitiba: Juruá, 2002

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANSONE, Lívio. Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX. *Afro-Ásia*, 27 (2002), 249-269.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradativa, 1997.

VANSINA, Jan. *Les anciens royaumes de la savane: les états des Savanes méridionales de l'Afrique centrale des origines à l'occupation coloniale*. République du Congo, Université Lovanium, 1965.

_____. *kingdoms of the savanna*. Madison, Milwaukee and London: The University of Wisconsin Press, 1966, p.143-144.

VENÂNCIO, José Carlos. Nacionalismo e pós-nacionalismo na literatura angolana – O itinerário pepeteliano. In. TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas – Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.